

Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1019/2016
PROCESSO Nº 1010/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

No dia 22 de do Mês de março de 2016, na sede da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Dr. Manoel Alves, 140, centro, Pedras de Fogo/PB, por seu representante legal, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decreto Municipal 13-A de 12 de junho de 2007 e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial por Registro de Preços nº 001/2016, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial da União e homologada pela gestora do FMS, em 22/03./2016, **RESOLVE** registrar o preço oferecido pelas empresas vencedoras do certame licitatório, cuja proposta foi classificada em 1º lugar.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Odontológicos para atender ao centro especializado de odontologia – CEO (Centro de Especialidades odontológicas) e o Programa de Saúde Bucal do Município de Pedras de Fogo, conforme especificações nesse documento.

Parágrafo único. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço dos serviços está registrado nos termos das propostas vencedoras do Pregão Presencial – SRP - nº 001/2016, conforme o quadro abaixo:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.679.119/0001-93	NOME CRM COMERCIAL LTDA		
LOGRADOURO RUA GEN. GUSTAVO CORDEIRO DE FARIAS	NÚMERO 459		
CEP 59012-570	BAIRRO PERTOPOLIS	MUNICÍPIO NATAL	UF RN
COMPLEMENTO	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
PESSOA PARA CONTATO ROBERTO SÉRGIO VIEIRA DA SILVA	TELEFONE 83 98346558	FAX	

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
44	Avental Plumb. Odontológico Adulto, com proteção de tireóide - 0,5Pb 76x60cm	Unid	1	342,05	342,05



Comissão Permanente de Licitação

45	Avental Plumb. Odontológico Infantil, com proteção de tireóide - 0,5Pb 60x45cm	Unid	1	335,00	335,00
				Total:	677,05

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data da homologação do resultado da licitação, durante o qual a Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo/PB não será obrigada a adquirir os produtos referidos na *Cláusula Primeira* – do Preço, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUARTA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.1 O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo/PB

4.2 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.2.1 Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços previstos no art. 5º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

4.2.1.1 disponibilizar a ata de registro de preços aos órgãos participantes;

4.2.1.2 gerenciar a ata de registro de preços;

4.2.1.3 conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

4.2.1.4 aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

4.2.1.5 aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

4.2.1.6 fazer o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

4.2.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

4.2.2.1 convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.2.2.2 frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.2.2.3 convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.2.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Comissão Permanente de Licitação

4.2.3.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.2.3.2 convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

a) DOS USUÁRIOS

I - Poderão utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame, as entidades usuárias dos itens relacionados no Anexo I do Edital e por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal, observadas as competências dispostas no Decreto nº 7.892/2013.

II - A utilização por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, se dará mediante anuência do órgão gerenciador da ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

III - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - Estas aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens deste edital e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

V - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

VI - Somente serão autorizadas adesões à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da mesma, exceto quando, não estiverem previstos quantitativos para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador, justificada em decorrência de inclusão de item para atendimento de necessidade específica de órgão participante e política de licitações compartilhadas da PMPF.

VII - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

VIII - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

b) DO CANCELAMENTO

I O cancelamento automático da Ata de Registro de Preços ocorrerá:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados; ou
- por iniciativa da administração, quando caracterizado o interesse público.

II - O fornecedor terá seu registro na Ata de Registro de Preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a. por razão de interesse público; ou
- b. a pedido do fornecedor.

4.3. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de Pedras de Fogo/PB, e no caso dos órgãos usuários pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento a Contratada será devido após a execução/entrega do objeto desta contratação em até 30 (trinta) dias a partir do fornecimento da nota fiscal, conforme disposto nesta cláusula.

6.2 Os documentos exigidos para pagamento são:

- a) Certificado de Regularidade Fiscal, do FGTS;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- c) Nota Fiscal com discriminação dos serviços prestados.
- d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

6.2.1 A Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo efetuará a retenção dos valores relativos aos percentuais incidentes sobre os valores constantes da nota fiscal, fatura ou recibos emitidos pela licitante contratada, relativa a outros tributos federais, estaduais e municipais, inclusive ao Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social - FIDES (Lei Municipal nº. 878/2009), de conformidade com a legislação vigente.

6.3 As faturas que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido serão devolvidas para correção ou substituição e deverão ser reapresentadas.

- a) A PMPF efetuará a devida comunicação à Contratada dentro do prazo fixado para o pagamento.
- b) O processamento do pagamento será realizado conforme disposto no parágrafo segundo desta Cláusula.

6.4 A Contratada deverá fazer constar do recibo em papel timbrado o número do Contrato, a agência bancária e conta corrente na qual deverá ser depositado o respectivo pagamento. O FMS não se responsabilizará por juros ou encargos resultantes da operação de cobrança.

6.5 O FMS reserva-se o direito de reter de quaisquer parcelas de pagamento devidas à Contratada, importâncias suficientes para satisfazer, ajustar e pagar danos ou prejuízos imputáveis direta ou indiretamente à Contratada e, ou prepostos, após a devida notificação, por parte do FMS, à Contratada.

6.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.7 A devolução dos documentos de cobrança não aprovados pelo FMS, em hipótese alguma, autorizará ou ensejará à Contratada a suspender a execução do objeto desta contratação.

6.8 O CNPJ dos documentos de cobrança deverá ser o mesmo da Contratada ou de outro estabelecimento da Contratada, situado no mesmo Estado.

Comissão Permanente de Licitação

6.9 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial – SRP - nº 001/2016, e Anexos, Processo nº 1010/2016, dos quais são partes, como se aqui estivessem integralmente transcrito, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS CASOS OMISSOS

A solução para questão omissas na presente Ata Será dada à luz da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002, Decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e legislação correlata.

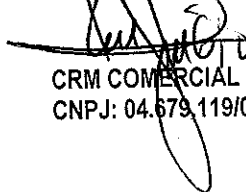
CLÁUSULA NONA - DO FORO

O foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será o da cidade de Pedras de Fogo/PB

Pedras de Fogo/PB, 22 de março de 2016.


LINDINALVA DANTAS DOS SANTOS
GESTORA DO FMS


DERIVALBO ROMÃO DOS SANTOS
PREFEITO CONSTITUCIONAL


CRM COMERCIAL LTDA
CNPJ: 04.679.119/0001-93

